



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS – SEDESTMIDH
CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – CAS/DF

ATA DA 285ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – CAS/DF

1 Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às 9h20 (nove horas e vinte minutos), na Sala
2 de Reuniões da SEDESTMIDH, no 3º andar da SEPN 515 bloco A, lote 01, sala 301 – Brasília/DF foi
3 convocada a Ducentésima Octogésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho de Assistência Social do
4 Distrito Federal – CAS/DF, e **compareceram** os (as) seguintes Conselheiros (as): Marta de Oliveira Sales
5 (Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
6 – SEDESTMIDH); Kariny Geralda Alves Veiga (Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social,
7 Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH); Neidiana Adriana Jerônimo da Cunha
8 (Casa do Caminho); Orlando Ilorca (Secretaria de Fazenda do DF); Emanuelle Castro Rodrigues (Centro de
9 Ensino e Reabilitação CER); Ismael Ferreira de Oliveira (Assoc. Com. De S. Sebastião – ASCOM); Giane
10 Rodrigues Costa Ribeiro (Secretaria de Estado de Saúde); Marina Paz (Secretaria de Estado de Saúde);
11 Fabiana Ferreira de Moraes (Assoc. Casa Santo André); Igor Alves dos Santos (CRP); Calebe Costa Campos
12 (Sec. Estado de Cultura); Bianca Regina de Lima Salomão (Sec. Estado de Educação); Zilmar Pereira de Souza
13 (Sec. de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do DF); Mônica Aparecida de Souza
14 (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão); Alessandro Sá Araújo (Secretaria de Estado de
15 Economia, Desenvolvimento Sustentável); Sonia Alves de Lemos (Secretaria de Estado de Agricultura,
16 Abastecimento e Desenvolvimento Rural); Icaro de Jesus Maia Cavalcanti (OAB/DF)

17 **Justificaram ausências os (as) Conselheiros (as):** Patrícia Andrade Silva Mello (Aldeias Infantis SOS) Ana
18 Paula do Nascimento G. da Silva (Obras Sociais do Centro Espírita Batuira); Lenice Neres dos Santos
19 (Seguimento dos Usuários); Francisco Rodrigues Corrêa (Sindicato dos Empregados em Instituições
20 Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do DF) Hanna Magalhães Michiles (Secretaria Adjunta do
21 trabalho/SEDESTMIDH); Rosalda Nunes do Prado também justificou, já os conselheiros Donizete, Cleusimar
22 e Nathália não conseguimos contato. Havendo quórum regimental para a instalação da reunião, conforme
23 previsto no artigo 37 do Regimento Interno, Resolução nº 79, de 16 de dezembro de 2010, a Presidente deu
24 início a reunião falando sobre a aprovação das Atas 283ª, 284ª e 55ª. O conselheiro Zilmar pediu uma
25 retificação na ata 283ª, linha 102 para substituir o termo acompanhar para pedir vistas por pediu vistas. A Ata
26 284ª, aprovada sem alteração, a ata 55ª foi retirada de pauta. A seguir a presidente fez a apresentação de
27 Maildes, Assistente Social e nova Assessora do CAS/DF. A presidente pediu a inclusão na pauta do dia a
28 inclusão do Relatório Técnico do Ministério Público nº 435/2016 e foi pedido pelo conselheiro Igor a retirada
29 de pauta o processo do Instituto Tocar, seguido pela conselheira Giane que retirou o processo da FALE, e foi
30 retirado de pauta a solicitação de inclusão de serviços da Associação Mãos Solidária no Sol Nascente a pedido
31 do secretário executivo, por não ter sido concluído. Aprovado a pauta do dia, a conselheira Adriana falou sobre
32 o relato da COF e sobre alguns questionamentos, colocando o desconhecimento de alguns conselheiros, sobre
33 dotação orçamentária. Foi perguntado pela conselheira Adriana quantos presentes tinham conhecimento de
34 execução orçamentária e confirmado cinco entre os presentes, a conselheira falou ainda que antigamente o
35 funcionário da SUAG participava da plenária para explicar a planilha de orçamento, para seguir a votação. A
36 presidente falou sobre a conduta anterior, que os relatos são avaliados na plenária e após isso, seria votada,
37 que se o conselho avaliasse a necessidade de reunir e discutir melhor essa questão da COF, poderiam reunir
38 na próxima manhã. Zilmar sugeriu que quem quisesse se apropriar mais sobre a matéria, poderia fazê-lo de
39 forma a não perder tempo, mesmo que os conselheiros não sejam das comissões, possam participar, com o fim
40 de aprimorar os conhecimentos. O secretário executivo falou da importância de aperfeiçoar as comissões e
41 avançar na linha da fiscalização e acompanhamento das entidades pela CPAS, numa metodologia mais
42 apropriada. Depois que as reuniões foram separadas, a COF ganhou um novo fôlego. A seguir a conselheira.

43 Adriana passou a relatar que foi avaliada a execução de julho, agosto e setembro, que foi executado um valor
44 muito baixo dentro do orçamento de 28 milhões, e que 12 milhões foram conseguidos em dotação
45 orçamentária. Ou suplementação. A Câmara aprovou os recursos necessários. FNAS, repassados para o FAS,
46 sobre o CAPACITASUAS, que ainda não foi executado em razão de não haver proposta das universidades
47 para esta capacitação, que será feita nova licitação. Restando 16 milhões que será liberado e aprovado por
48 meio de projeto de lei. Foi discutido ainda sobre o IGD, não executado, não empenhado os recursos para a
49 manutenção do conselho, os equipamentos adquiridos (os computadores), em processo de compra do datashow
50 e ar condicionado e manutenção predial. A seguir a conselheira Adriana falou sobre os cadastros único. A
51 proposta de contratar uma OSC para a realização do cadastro único, não avançou, o fato da OSC usar os
52 equipamentos público gerou uma preocupação da procuradoria em relação à geração de vínculo trabalhista. O
53 edital foi extinto e estamos iniciando o processo do zero, significa que não vai ser possível este ano, inclusive
54 com nova cotação de preços. Kariny falou da dificuldade de fazer a cotação de preços, devido a perda do prazo
55 de validade. A presidente falou que um dos pontos tratados na última CIT 10 dias atrás, sobre a preocupação
56 de cadastrar um montante de 22 mil para serem cadastrados no CadÚnico/ BPC, até o final do ano, está atrasado
57 visto que durante o período eleitoral, não foi possível realizar o chamamento. Kariny explicou que a falta de
58 cadastramento até o mês de dezembro, ensejará na suspensão de pagamento do benefício e que a listagem do
59 recadastramento foi checada através da parceria com a SEPLAG, o agendamento pelo 156 é muito baixo. A
60 presidente falou que os usuários não comparecem para se recadastrar por entender que vão ser cortados do
61 bolsa família, para não informar a renda, sabem que o BPC é computado como renda, o cadastro é feito como
62 todo e muito provavelmente o usuário perde o bolsa/família. Segundo o MDS, quem for cancelado em
63 janeiro/2019, tem dois meses para revisão, pois o MDS não se posicionou. A secretaria abriu um posto de
64 atendimento na Rodoviária, somente com os servidores do gabinete, com a capacidade de atendimento a 80
65 pessoas por dia, e aparece de 10 a 20 pessoas por dia atendendo prioritariamente os usuários do BPC, e ainda
66 assim, a demanda é muito baixa. Informou que só tem demanda quando os usuários solicitam o benefício no
67 INSS e é negado por falta do cadastro único. As unidades estão fazendo busca ativa usando a base de dados
68 do INSS. As unidades fizeram uma busca de 120 pessoas, na base de dados do INSS que está muito defasada
69 e só tiveram um retorno de 60 pessoas, as unidades estão sobrando vagas da agenda interna e externa para
70 BPC. A presidente colocou que estão negociando com o MDS a possibilidade de não cancelar, apenas
71 suspender os benefícios e conceder um prazo de 60 dias para a realização do cadastro. Ficou acertado que na
72 próxima CIT, em meados de novembro o CONSEA e o CONGEMAS, acordou que o ministério terá que se
73 posicionar, caso contrário a pauta da CIT será travada. A nível de decreto não vamos conseguir alterar, sem
74 nenhum movimento previsto para esse fim, talvez uma reunião de transição. A Conselheira Adriana colocou
75 que a manutenção predial é um pouco engessada e precisa de novo processo, as unidades não estão tendo os
76 serviços como deveriam ter efeito cascata, impacta na falta de manutenção predial, acarreta um desconforto
77 no atendimento, além de falta de servidores, a manutenção é ruim. 3% do IGD, se a secretaria executiva do
78 CAS, sobre os gastos e equipamentos e que fosse apresentado projeto para pagar algumas demandas. Sobre
79 este assunto o secretário executivo falou que a idéia é equipar a sala de plenária bem top, com todos os recursos
80 necessários para o conforto de todos. A conselheira Adriana perguntou ao secretário executivo se ainda
81 consegue colocar o projeto ainda este ano, porque depende de projeto arquitetônico. Ainda sobre recursos, o
82 conselheiro representante da Casa de Ismael sugeriu que o recurso que fosse empenhado, mas que não fosse
83 executado na sua totalidade, que fosse rateado entre as instituições para pagar os encargos devido aos juros
84 por atrasos e assim, não ficariam pendentes. A Kariny explicou que não pode, ou paga o recurso na sua
85 totalidade ou deixa retido até que consiga suplementação e o valor seja suficiente para pagar todas as
86 instituições. A seguir a presidente falou sobre a reunião com os assessores do Deputado Wasny, sobre o projeto
87 de lei que destina 0,05 % da receita do GDF para a Assistência Social, que proíbe qualquer forma de
88 contingenciamento. O projeto de lei se encontra com a relatora a deputada Sandra Faraj, estamos buscando
89 uma audiência com a Deputada no sentido de solicitar a remessa do processo para a comissão de pelo antes do
90 dia 30/11, mas ainda não tivemos resposta. O conselheiro Orlando falou a assistência precisa fazer muita
91 pressão na câmara a exemplo da Cultura que os artistas foram todos para o plenário, com faixas, houve grande
92 manifestação da cultura e a deliberação foi satisfatória, a secretaria da criança também tem, e a assistência não
93 é menos importante. Os recursos do orçamento não são suficientes principalmente o auxílio vulnerabilidade.
94 Que trabalha na ponta sabe bem disso. Que o executivo precisa trabalhar esse projeto, caso contrário, não será
95 aprovado. O conselho precisa de participação maciça na reunião da Câmara. Kariny relatou sobre uma reunião
96 com outras secretarias, inclusive da fazenda sobre um remanejamento de 16 milhões, de outras fontes e que

97 50% deve em torno de 7 a 8 milhões para serem liberados através da Câmara Legislativa para a Assistência
98 Social, Outro encaminhamento retirado da reunião juntamente com o CPAS, CDCA. Conselho do Idoso,
99 Conselho da Pessoa com Deficiência, mulheres e outros foi sobre o impacto dos recursos para 2019, que a
100 gente vai deixar de atender e de ampliar o atendimento devido a redução do recurso, sendo proposto que fosse
101 organizado uma frente parlamentar principalmente com os deputados da CCJ. A conselheira Adriana pediu ao
102 conselho para deliberar para a Kariny assinar o documento que será encaminhado à câmara na comissão. O PL
103 de 16 milhões pode cair em 50%, sobra de orçamento CL e TCDF, para complementar os 7 a 8 milhões, crédito
104 de outra secretaria que vai liberar para a SEDESTMIDH, Zilmar e Zé Flávio vão à audiência na câmara. A
105 reunião do dia 06/11/2018 com os gestores é específica para discutir a assistência social, O conselheiro Orlando
106 colocou que é necessário muita pressão, caso contrário não será aprovado, o conselho fará uma convocação
107 para todos os conselheiros sejam liberados para participar das comissões na câmara. A reunião do dia 08/11
108 será uma comissão no plenário da Câmara para as deliberações. Kariny assinar o documento das comissões e
109 será entregue em todos os gabinetes dos deputados. A seguir a conselheira Giane deu início ao relato da CPAS,
110 falou sobre o cronograma de trabalho, visita das OSCs, qualificar e fazer um processo mais qualificado. A
111 secretaria executiva fez um levantamento das entidades a serem visitadas: Toda a CPAS e mais 02 conselheiros
112 da comissão de legislação e mais 02 conselheiros da COF, além dessas entidades levantadas que embora atuais
113 foram observados alguns pontos. É necessário fortalecer a rede, para não comprometer as OSCs, ficando
114 decidido o início do cronograma para o próximo ano, no mês de fevereiro e agregar mais. Convidar outros
115 conselhos o CDI, CDCA. Sobre a decisão 4328/2018 TCDF, que solicita providências para a SEDESTMIDH
116 e para o CAS mais transparência dos dados que sejam publicados, e exigir dos gestores as publicações de suas
117 informações. Acolhidos na rede própria da SEDESTMIDH sejam acompanhados mais de perto. No momento
118 seguinte a conselheira Marta Sales, fez uma fala sobre o acórdão do TCDF-espelho de uma necessidade de
119 controle da política. Informou que sabe que tem OSCs sem registro atuando com crianças, adolescentes e
120 idosos, que isto é um ponto gravíssimo. Efetuamos o suas e orçamento e toda parceria tem gastos. Nós
121 conhecemos? Sabemos da meta, objetivos? Espaço físico? Falou da necessidade da formação de uma comissão
122 de monitoramento e acompanhamento das parcerias pois o conselho não conhece, não sabe, não faz
123 capacitação, que está suscitando isso como forma de contribuir. O acerto foi a comissão de acompanhamento
124 e monitoramento foi 1 a 2 vezes por semana, a comissão se reúne só para essa questão. Falou que precisa-se
125 desse monitoramento, cronograma para 1º conhecer e depois dar início. Falou sobre a MROSC na EGOV. Que
126 cobra uma atuação efetiva, com melhor acompanhamento da execução técnica, comissão de monitoramento
127 das parcerias. Meta cheia. O conselheiro Zilmar ficou de mandar informes da MROSC, o conselheiro Ícaro
128 não tinha ninguém da Sociedade Civil e falou da reforma do regimento Interno que foi revisado do art. 6º ao
129 art. 24º que foi suprimido o art. 7º e 11º sobre o mandato e pensar mais um pouco sobre o conselho
130 discricionário do governo. No art. 17º excluir regra de governo (não participar, tem decreto dos demais
131 conselhos). 19º parágrafo único de que trata da ajuda de custo dos conselheiros usuários. A seguir o conselheiro
132 Zilmar falou da denúncia da Casa Santo André, que faz abordagem social e acolhimento para pessoas em
133 situação de Rua. A denúncia foi a imposição de doutrina religiosa, assistência social negou benefício. Sobre
134 as condições inadequada. A entidade respondeu e negou todas as denúncias. Em 11/06 por indicação da
135 comissão o conselheiro Zilmar e Ana Cristina visitou a Casa Santo André no período da tarde, sendo recebido
136 pela Mari educadora. Zilmar entrevistou os usuários e Ana Cristina entrevistou a Mari que informou que tinha
137 culto na capela e os usuários gostam do atendimento, que fazem 06 refeições, que as instalações estavam ok e
138 a embaixada da Austrália patrocinou um curso de confeitaria para 20 acolhidos, ministrados pelo SENAI. Que
139 durante a visita percebeu a improcedência da denúncia e que a denúncia partiu de um usuário que se
140 desentendeu com um funcionário. As conselheiras Giane e Doralice realizaram uma visita dois anos atrás e
141 teve a mesma impressão de Zilmar. Ainda sobre a Casa Santo André, foi lido pela presidente a notificação nº
142 102/2018 – PJFEIS, para a SEDESTMIDH e CAS/DF, que trata das irregularidades nas prestações de conta
143 da OSC. Foi feita uma defesa pela conselheira Fabiana, ficando decidido que seria tirado uma comissão para
144 tratar do assunto. O conselheiro Igor se prontificou a participar da comissão, sendo impedido de participar
145 devido a conflito de interesses, por ser funcionário da OSC. A presidente Kariny se propôs de conversar com
146 Igor como subsecretária e sanar suas dúvidas quanto ao parecer. Assim a comissão foi formada pelos
147 conselheiros Ícaro, Zilmar, Ismael e Kariny. No momento seguinte foi tratado pela conselheira Adriana sobre
148 a ata para a conferência, por ser um processo burocratizado, acha que já devíamos tirar esta data, o secretário
149 executivo colocou que já deveria montar o processo por se tratar de um processo muito complexo, que o CNAS
150 está providenciando, mas o modelo não é adequado, no encontro no FONACEAS dias 13, 14 e 15 de 2018, o

151 principal ponto vai ser o modelo conferencial. Depois do encontro Ata específica para a conferencia e tirar a
152 data. A seguir foi tratado sobre a Traços, projeto de estímulo de renda, venda das revistas culturais, 30% para
153 a produção. O Relator recomenda o deferimento para o assessoramento de garantia e defesa de direitos por
154 unanimidade, que existe um código de conduta, escala, não vender acima do valor. Já o processo Fênix foi
155 pedido o indeferimento e votado o cancelamento pela maioria dos conselheiros. Os processos da UBEE,
156 UMBEC foram cancelados a inscrição a pedido das OSCs, o Cantinho do Girassol foi dado uma nova
157 oportunidade para apresentação de novos documentos. O Berço da Cidadania foi deliberado de consultar a
158 PJFEIS, antes de cancelar. Os processos das OSCs Ruas e Ipac foram devolvidos à secretaria executiva para
159 uma análise mais aprofundada. Nada mais havendo a ser tratado a reunião plenária foi encerrada.

160

161

162

163

Kariny Geralda Alves Veiga
Presidente do CAS/DF

Francisco Brito
Secretário Executivo CAS/DF